

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2003**  
**(Da Sra. Laura Carneiro)**

*Solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pagamento dos atrasados para os inativos remanescentes do antigo Distrito Federal, amparados pela Lei n.º 10.486 de 04 de julho de 2002, confirmados pelo Parecer da Advocacia-Geral da União AGU/WM-4/2002 (Anexo ao Parecer JB-2), publicado no D.O. n.º 221 de 14 de novembro de 2002.*

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V.Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o seguinte pedido de informações:

Considerando que a Lei n.º 10.486 em seu art. 65 diz: "As vantagens instituídas por esta lei se estendem aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal", e as pensionistas receberam a partir de outubro de 2001 e o pagamento dos inativos para que fosse realizado a contar de novembro de 2002, foi necessário que a Advocacia Geral da União se pronunciasse. Considerando que o Parecer da AGU, não só reconheceu o direito dos inativos, mas também estabeleceu que este direito retroagia a 1º de outubro de 2001. Considerando que decorridos um ano do Parecer, o mesmo Governo que aprova o Estatuto do Idoso, acena timidamente com 50% dos atrasados no Orçamento de 2004, sem levar em consideração que a idade média é de 75 anos. Considerando que até a presente data 182 faleceram sem conseguirem receber o que a Lei lhes garante, julgamos necessário contar com o seguintes esclarecimentos:

- a) Sabendo o Governo que necessitava de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) para o pagamento dos atrasados, por que encaminhou o pedido de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) para o orçamento de 2004;

- b) Por que o Ministério da Fazenda, através da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão fez questão de informar através da Associação que representa a classe, que pagariam em dezembro de 2003, R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) e hoje já não dá a garantia de recebimento;
- c) De que forma pretende o Governo pagar a metade prevista no Orçamento 2004 e a partir de quando.

Sala das Sessões, em            de            2003

**Dep. LAURA CARNEIRO**  
**PFL/RJ**